

Magistratura São Paulo Concurso 174

Prova Preambular (1º Fase)

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. O controle externo do Município será exercido

- (A) pelo Ministério Público Estadual.
- (B) por uma Comissão Especial de Investigação.
- (C) pelo Poder Legislativo Municipal.
- (D) pelo Poder Judiciário.

02. A intervenção do Estado no Município dar-se-á quando

- (A) não forem prestadas contas devidas, por dois anos consecutivos, sem motivo de força maior.
- (B) deixar de ser paga, sem motivo de força maior, dívida ativa da União.
- (C) o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de decisão do Tribunal de Contas.
- (D) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino.

03. Compete exclusivamente ao Congresso Nacional

- (A) sustar a declaração de guerra e a celebração da paz.
- (B) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal.
- (C) mudar temporariamente a sede do Poder Executivo.
- (D) deferir os atos de concessão de emissoras de rádio e televisão.

04. As leis complementares serão aprovadas

- (A) por maioria absoluta.
- (B) por dois terços das Casas do Congresso Nacional.
- (C) por votação única, vedada qualquer emenda.
- (D) na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

05. Os Tribunais de Justiça poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público pelo voto

- (A) da totalidade de seus membros.
- (B) dos integrantes do Conselho Superior da Magistratura.

- (C) da maioria absoluta de seus membros ou do respectivo órgão especial.
- (D) de dois terços de seus membros ou do respectivo órgão especial.

06. Ante a expressão "julgar as contas" (art.71, II da Constituição Federal), as decisões dos Tribunais de Contas são

- (A) jurisdicionais.
- (B) homologatórias.
- (C) políticas.
- (D) administrativas.

07. É função institucional do Ministério Público

- (A) promover a assistência judiciária gratuita.
- (B) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- (C) exercer o controle externo da atividade judicial.
- (D) representar, em juízo, a União, o Estado e o Distrito Federal.

08. São brasileiros natos os nascidos

- (A) no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- (B) no Brasil, ainda que de pais estrangeiros a serviço de seu país.
- (C) no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira que estejam prestando serviço a organismo humanitário internacional.
- (D) no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, registrados em repartição brasileira competente.

09. O sigilo das comunicações telefônicas é inviolável, salvo por ordem da autoridade

- (A) judicial a fim de investigação para instrução de processos referentes a atos de improbidade administrativa.
- (B) judicial a fim de investigação criminal ou instrução processual penal.
- (C) policial a fim de investigação dos delitos de seqüestro e tráfico de entorpecentes.
- (D) judicial a fim de investigação nos processos de separação judicial ou divórcio.

10. Aos portugueses com residência permanente no Brasil, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes aos

- (A) brasileiros natos.
- (B) brasileiros naturalizados.
- (C) estrangeiros residentes.
- (D) estrangeiros não residentes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. No tocante à ação popular, e segundo a Lei nº 4.717, de 1965, serão considerados nulos os atos administrativos

- (A) lesivos, quando praticados por autoridade incompetente.
- (B) não lesivos, quando viciados pela ilegalidade do objeto.
- (C) não lesivos, quando baseados em pressuposto de fato materialmente inexistente.
- (D) não lesivos, quando praticados visando a finalidade diversa daquela prevista na regra de competência.

12. Segundo o Decreto-lei no 3.365, de 1941, o ato de desapropriação por utilidade pública, pela União, de bens do domínio dos Estados, exige

- (A) as prévias autorizações legislativas, do Congresso Nacional e da Assembléia Legislativa Estadual.
- (B) a prévia autorização legislativa do Congresso Nacional, ouvido o Conselho da República.

- (C) a posterior ratificação legislativa do Congresso Nacional, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- (D) a prévia autorização legislativa do Congresso Nacional.

13. Segundo a Lei no 1.533, de 1951, não se admitirá o mandado de segurança quando se tratar de ato

- (A) do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo ou devolutivo.
- (B) do qual caiba, mediante caução fidejussória, recurso administrativo com efeito suspensivo.
- (C) do qual caiba, mediante garantia real, recurso administrativo com efeito suspensivo.
- (D) disciplinar, praticado por autoridade competente e com observância das formalidades essenciais.

14. Segundo a Lei no 7.347, de 1985, a ação civil pública poderá ser proposta por associação

- (A) apenas aquela constituída há pelo menos 1 (um) ano antes da propositura da ação.
- (B) mediante dispensa judicial, constituída há pelo menos 06 (seis) meses antes da propositura da ação, quando ocorrer manifesto interesse social.
- (C) mediante dispensa judicial, e independentemente do tempo de constituição, quando ocorrer manifesto interesse social.
- (D) declarada de utilidade pública pela União, se constituída nos 10 (dez) meses anteriores à propositura da ação.

15. Segundo a Lei no 8.666, de 1993, as licitações destinam-se a garantir

- (A) o princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- (B) o princípio da moralidade administrativa e a seleção da proposta economicamente mais barata para a Administração.
- (C) o princípio da publicidade dos atos administrativos e a seleção da proposta financeiramente mais econômica.
- (D) o princípio da eficiência administrativa e a seleção preferencial de bens e serviços produzidos no País.

16. Nas licitações, segundo a Lei no 8.666, de 1993, ocorrendo a igualdade de condições, como o primeiro entre os critérios sucessivos de desempate, será assegurada a preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por

- (A) empresa brasileira sediada em unidades federativas de maior índice de desemprego.
- (B) empresa brasileira de capital nacional.
- (C) empresa, brasileira ou não, cuja proposta propicie a maior absorção de mão-de-obra nacional.
- (D) empresa brasileira de maior participação, vencedora em licitações anteriores.

17. A ação popular, segundo a Lei no 4.717, de 1965,

- (A) possibilita a suspensão liminar do ato lesivo impugnado, na defesa do patrimônio público.
- (B) dispensa, em seu processamento, a participação de representante do Ministério Público, exceto quando o autor desistir da ação.
- (C) pode ser proposta por associação constituída há pelo menos um ano da propositura da ação, nos termos da lei civil.
- (D) pode ser proposta contra pessoas públicas ou privadas, contra autoridades, funcionários ou administradores que autorizaram, aprovaram, ratificaram ou praticaram ato que resultou em lesão ao patrimônio público, mas não contra os beneficiários do ato.

18. As autarquias federais

- (A) são pessoas jurídicas de direito privado, com patrimônio e atribuições próprias.
- (B) agem por delegação, uma vez que são hierarquicamente subordinadas a Ministérios.
- (C) subordinam-se às normas de licitação dispostas na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.
- (D) têm todo o seu pessoal necessariamente sujeito ao regime da CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas.

19. É vedado ao servidor público civil,
(A) quando investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
(B) o direito de greve.
(C) acumular cargos públicos remunerados.
(D) quando investido no mandato de Prefeito, perceber as vantagens do cargo, emprego ou função, além da remuneração do cargo eletivo.
20. Segundo a Lei no 8.666, de 1993, são modalidades de licitação
(A) a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão.
(B) a concorrência, a tomada de preços, o concurso e o leilão, apenas.
(C) a concorrência, o convite, o concurso e o leilão, apenas.
(D) a concorrência e a tomada de preços, apenas.

DIREITO CIVIL

21. Quanto aos alimentos, é correto dizer que
(A) as prestações periódicas das pensões alimentícias fixadas por sentença ou convencionadas entre as partes prescrevem em cinco anos.
(B) as prestações periódicas das pensões alimentícias fixadas por sentença ou convencionadas entre as partes prescrevem em dois anos.
(C) são imprescritíveis.
(D) o direito a alimentos só é prescritível em relação aos capazes.
22. A emancipação civil, no regime legal ora vigente,
(A) é ato exclusivo dos pais, conjuntamente, ou, na falta de um deles, por morte ou interdição, ato do outro genitor, fazendo cessar a incapacidade relativa do filho.
(B) quando outorgada pelos pais, ou por um deles, depende de escritura pública.
(C) depende sempre de decisão judicial.
(D) pode ser outorgada por escritura pública ou particular.
23. O art. 4º, da Lei de Introdução ao Código Civil, ao dispor que, ante a omissão da lei, o Juiz decidirá de acordo com a analogia e os costumes, é norma
(A) dirigida exclusivamente ao campo do Direito Privado.
(B) dirigida a todos os campos do Direito Positivo.
(C) que se aplica ao campo do Direito Privado, mas não a todos os campos do Direito Positivo.
(D) que se aplica a todos os campos do Direito Positivo, com exceção do Direito Penal.
24. Com relação ao usufruto vidual, assinale a resposta correta.
(A) É vitalício.
(B) Cabe em relação a todos os regimes de bens no casamento.
(C) Quando cabível, abrange sempre a metade dos bens do cônjuge falecido.
(D) Deriva do Direito Sucessório, e não do Direito de Família.
25. Se avô ressarce dano causado por neto,
(A) não pode reaver dele o que haja pago.
(B) pode reaver dele o que haja pago, quando civilmente capaz o neto e o dano tenha sido cometido após atingida a capacidade civil.
(C) pode reaver dele o que haja pago, ainda que o dano tenha sido cometido por menor, hipótese em que este será representado ou assistido na ação respectiva.
(D) pode reaver dele o que haja pago, desde que os pais do causador do dano sejam insolventes, hipótese em que, sendo menor, dar-se-á a representação ou assistência.

26. A obrigação natural

- (A) é instituto afeto exclusivamente ao Direito de Família, podendo ser sujeitos passivos das obrigações naturais os absolutamente incapazes.
- (B) é instituto afeto exclusivamente ao Direito de Família, não podendo ser sujeitos passivos das obrigações naturais os absolutamente incapazes.
- (C) não é prevista no Código Civil.
- (D) seu credor não tem ação, sendo desprovida de exigibilidade.

27. Tornando-se impossível a prestação por culpa de um dos devedores solidários,

- (A) subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente e as perdas e danos decorrentes da impossibilidade.
- (B) os devedores solidários não culpados respondem somente pelo encargo de pagar o equivalente.
- (C) fica insubsistente a solidariedade passiva, passando o devedor que impossibilitou a prestação a responder isoladamente pelo encargo de pagar o equivalente e pelas perdas e danos decorrentes.
- (D) os devedores solidários não culpados respondem somente por perdas e danos decorrentes da impossibilidade.

28. A sucessão de bens de estrangeiros, por morte ou ausência, quando situados tais bens no Brasil, será regulada

- (A) sempre pela lei do país em que era domiciliado o defunto ou o desaparecido.
- (B) sempre pela lei brasileira, quanto aos imóveis, e sempre pela lei do país onde era domiciliado o defunto ou o desaparecido, quanto aos bens não imóveis.
- (C) sempre pela lei brasileira, desde que aqui aberta a sucessão.
- (D) pela lei brasileira, em benefício do cônjuge brasileiro, companheiro ou companheira brasileiros legitimados à sucessão, ou dos filhos brasileiros, ou quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do defunto ou desaparecido.

29. O direito à sucessão aberta considera-se para os efeitos legais

- (A) bem imóvel.
- (B) bem móvel.
- (C) bem incorpóreo.
- (D) bem móvel ou imóvel, conforme resulte de ser apreciado em si mesmo o que o integre, tendo em vista o fato de ser ou não suscetível de se mover.

30. Na defesa da posse, o desforço imediato

- (A) cabe ao possuidor apenas nos casos de turbação de posse.
- (B) cabe apenas a quem seja, ao mesmo tempo, possuidor direto e indireto.
- (C) cabe apenas nos casos de esbulho ou de turbação de posse.
- (D) cabe nos casos de esbulho, de turbação de posse e ante justo receio de moléstia à posse.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. A requerimento de falência com base em cambíaria emitida para pagamento na praça de São Paulo, Capital, de empresa sediada no Município de Ilhabela, Comarca de São Sebastião, onde situado seu principal estabelecimento, e com sucursal no território do Foro Regional da Lapa, Comarca da Capital, é competente

- (A) a Vara Cível do Foro Central da Capital.
- (B) a Vara do Foro Distrital de Ilhabela.
- (C) a Vara da sede da Comarca de São Sebastião.
- (D) a Vara Cível do Foro Regional da Lapa.

32. Da sentença subjetivamente complexa, é correto dizer que
(A) não existe no sistema de nosso Código de Processo Civil.
(B) ocorre quando, em julgamento de recurso, veio a ser arredada decisão de primeiro grau que extinguiu o processo sem decisão de mérito e determinado que a causa fosse decidida com exame de mérito, então sendo sentenciada por outro Juiz.
(C) ocorre quando a lide é composta através de homologação judicial de negócio jurídico processual entre as partes.
(D) ocorre quando o Juiz que sentencia não é o mesmo que presidiu a audiência de instrução e julgamento, este último (o Juiz que presidiu a audiência) tendo resolvido questões incidentes suscitadas na contestação ou de outra forma pendentes.

33. Proposta contra a Fazenda do Estado de São Paulo, em Comarca do Interior de São Paulo, ação de reparação de dano moral ali ocorrido, para tal demanda
(A) a ré terá foro privilegiado na Comarca da Capital, devendo o Juiz declinar, de ofício, da competência.
(B) a ré não desfrutará de foro privilegiado nem de juízos privativos na Comarca da Capital.
(C) a ré terá foro privilegiado na Comarca da Capital, cujo reconhecimento dependerá da apresentação de exceção declinatória.
(D) a ré terá juízos privativos na Comarca da Capital, devendo o Juiz declinar, de ofício, da competência.

34. Nas ações versando posse de imóvel, quando não litiguem entre si,
(A) o litisconsórcio ativo dos cônjuges é sempre facultativo e o litisconsórcio passivo é sempre necessário.
(B) quer no pólo ativo, quer no pólo passivo da relação processual, o litisconsórcio dos cônjuges somente é indispensável nos casos de comosse ou de ato por ambos praticado.
(C) em quaisquer hipóteses haverá litisconsórcio necessário dos cônjuges.
(D) o litisconsórcio dos cônjuges é sempre facultativo, sem prejuízo da intervenção do outro como terceiro.

35. Proprietário de veículo propôs ação de procedimento sumário, sem postular assistência judiciária, visando ao ressarcimento de danos causados em acidente de trânsito. Reclamou o principal de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e atribuiu à causa o valor de R\$1.000,00 (mil reais). Corrigindo tal valor para o correspondente ao principal do pedido, mais os juros vencidos até a propositura da ação, o Juiz
(A) fixará o prazo de dez dias para recolhimento da taxa judiciária daí decorrente, sob pena de extinção do processo sem decisão de mérito, efetivando-se a intimação através do advogado, tão-somente.
(B) fixará prazo a seu ver razoável, de até trinta dias, para o recolhimento da taxa judiciária daí decorrente, sob pena de extinção do processo sem decisão de mérito, efetivada a intimação através do advogado.
(C) não disporá quanto ao recolhimento da taxa judiciária, apenas provendo como de direito sobre o mais pertinente no momento.
(D) suspenderá o processo, determinando a intimação pessoal do autor (além da intimação de seu advogado, esta não necessariamente pessoal) para, em quarenta e oito horas, recolher a diferença da taxa judiciária, sob pena de extinção do processo sem decisão de mérito.

36. O objeto imediato da ação
(A) é o pedido.
(B) é o bem corpóreo ou incorpóreo que se reclama.
(C) é instrumental.
(D) é a exigência que o autor formula ao propor a ação.

37. A colusão

- (A) implica necessariamente na imposição pelo Juiz, ao sentenciar, da pena de litigante de má-fé (artigos 16 a 19 do Código de Processo Civil).
- (B) seu reconhecimento só pode ocorrer quando decidido o processo pelo mérito.
- (C) pode ser suscitada por terceiro.
- (D) não é temática pertinente ao Processo Civil, e sim ao Direito Civil e, de modo geral, a normas de direito material.

38. Quando, estabilizada a demanda, ocorrer alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, e a parte contrária não concordar com o ingresso do adquirente substituindo o alienante ou o cedente no processo,

- (A) o alienante ou o cedente será, a partir de então, substituto processual.
- (B) a sentença proferida na causa não produzirá, para o adquirente, os efeitos da imutabilidade da coisa julgada.
- (C) a sentença produzida na causa só produzirá, para o adquirente, os efeitos da coisa julgada que lhe sejam favoráveis.
- (D) a alienação será necessariamente ineficaz em relação à parte contrária.

39. Sobre a oposição (artigos 56 a 61, do Código de Processo Civil), é correto dizer que

- (A) não é admissível em processo de execução.
- (B) é admissível em processo de execução, quando pendente de julgamento embargos de devedor em primeiro grau.
- (C) é admissível em processo de execução, desde que não se trate de oposição interventiva.
- (D) é admissível no processo de execução, sendo essa provisória.

40. Antes do saneador, é requerida expedição de carta precatória para produção de prova. Sendo a mesma deferida, o Juiz da causa

- (A) imprimirá à carta precatória efeito suspensivo quanto à sentença de mérito, o qual não poderá exceder um ano.
- (B) não prolatará sentença de mérito enquanto não produzida a prova, comprovada a impossibilidade de sua produção, ou fundamentadamente reconsiderado o deferimento da mesma.
- (C) imprimirá à carta precatória efeito suspensivo quanto à sentença de mérito, para tanto fixando prazo a seu prudente arbítrio, atendendo à natureza da diligência.
- (D) poderá, a seu prudente arbítrio, deixar de imprimir efeito suspensivo à carta precatória.

DIREITO PENAL

41. Em relação ao sursis, aponte a alternativa correta.

- (A) Não se admite a concessão do benefício ao réu que esteja foragido ou que se mantenha revel durante o processo.
- (B) Admite-se a concessão do sursis sob a condição de, no futuro, comprovar o réu qualquer de seus pressupostos.
- (C) A revogação do sursis é obrigatória ao sentenciado irrecorrivelmente condenado, por crime culposo ou contravenção, a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.
- (D) A extinção da punibilidade pela prescrição retroativa em relação a delito anterior não impede a suspensão condicional da pena.

42. O agente que pratica um crime de estupro e, em seguida, submete a vítima, mediante violência, a ato libidinoso diverso da conjunção carnal, deve responder por

- (A) estupro em caráter continuado.
- (B) atentado violento ao pudor em caráter continuado.
- (C) estupro e atentado violento ao pudor, em concurso material.
- (D) estupro e atentado violento ao pudor, em concurso formal.

43. Assinale a alternativa correta.

- (A) O arrependimento eficaz, previsto no art. 15 do Código Penal, importa em tornar atípica a conduta do agente.
- (B) A desistência voluntária e o arrependimento eficaz, para que possam beneficiar o agente, devem ocorrer antes do resultado típico, e o arrependimento posterior, até o recebimento da denúncia ou da queixa.
- (C) A desistência voluntária, para beneficiar o agente, deve ocorrer antes do resultado típico e os arrependimentos eficaz e posterior, até o recebimento da denúncia ou da queixa.
- (D) O arrependimento posterior, previsto no art. 16 do Código Penal, importa em redução da pena e pode ser reconhecido em crimes de qualquer natureza.

44. O agente despoja um motorista de seu carro e bens pessoais. Em seguida, sempre sob ameaça de arma, coloca a vítima no interior do porta-malas do veículo, no qual se afasta, deixando-a, horas depois, em estrada de outro município. O agente deve responder por

- (A) concurso material entre roubo e seqüestro.
- (B) seqüestro, que absorve o roubo, por ser este ante factum impunível.
- (C) roubo, que absorve o seqüestro, por ser este post factum impunível.
- (D) roubo qualificado (art. 157, § 2º, inciso V do Código Penal).

45. Com relação aos crimes contra a Ordem Tributária, previstos na Lei no 8.137/90, assinale a alternativa correta.

- (A) A comprovação de eventual justa causa elisiva é ônus do réu.
- (B) O arrependimento posterior e a reparação do dano elidem a ação penal e afastam a responsabilidade.
- (C) A co-autoria decorre da adesão à vontade delitiva que, in casu, dá-se apenas por ação.
- (D) Admitem a tentativa.

46. Com relação ao delito de tortura, previsto na Lei no 9.455/97, assinale a alternativa correta.

- (A) A tortura infligida apenas por sadismo ou vingança tipifica o crime de tortura.
- (B) O crime de tortura distingue-se do delito de maus-tratos pela natureza do dolo que, em tese, neste é sempre de perigo.
- (C) A Lei de Tortura, a exemplo da Lei dos Crimes Hediondos, veda a concessão de indulto e anistia.
- (D) Quando praticado contra velho ou enfermo, constitui causa de aumento de pena prevista na Lei de Tortura.

47. A propósito do agente que pratica crime contra a Fé Pública da União, fora do Brasil, e é absolvido no país onde os fatos ocorreram, pode-se afirmar que

- (A) uma vez absolvido no estrangeiro, não estará mais sujeito à lei brasileira.
- (B) será aplicada a lei brasileira, mesmo tendo sido absolvido no estrangeiro, desde que tenha sido formulado pedido de extradição.
- (C) a lei brasileira somente será aplicada se houver requisição do Ministro da Justiça.
- (D) o agente será punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro.

48. No caso de concorrência de culpas entre dois agentes no eventus delicti, deve o Juiz, ao prolatar sua decisão,

- (A) optar, na fixação da pena, pela compensação das culpas, atento ao princípio da equidade.
- (B) declarar extinta a punibilidade de ambos os agentes.
- (C) admitir que os dois agentes são responsáveis pelo evento lesivo.
- (D) reconhecer que a culpa de um dos agentes afasta a do outro.

49. Assinale a alternativa correta sobre crimes contra a Fé Pública.

- (A) A alteração de documento subtraído, com a substituição da fotografia da vítima do furto pela do agente, passando este a utilizá-lo, configura o crime de falsidade documental (art. 297 do Código Penal).

- (B) Caracteriza o delito de falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) a inserção de declaração falsa em assentamento de registro civil, dizendo-se solteiro o declarante para possibilitar o registro de filho adulterino.
- (C) Para a configuração do crime de uso de documento falso (art. 304 do Código Penal), é indiferente que a carteira de habilitação fraudulenta saia da esfera do agente por iniciativa dele próprio, ou por exigência da autoridade.
- (D) Pode o particular, como o funcionário público, cometer o crime de certidão ou atestado ideologicamente falso, previsto no art. 301 do Código Penal.

50. Em relação aos crimes praticados por particular e funcionário público contra a Administração em geral, assinale a alternativa correta.

- (A) O descumprimento, por autoridade administrativa, de sentença proferida em Mandado de Segurança, não configura, sequer em tese, o crime de prevaricação (art. 319 do Código Penal).
- (B) Havendo, no crime de concussão (art. 316 do Código Penal), ameaça explícita ou implícita, são inconciliáveis, no mesmo fato, a existência desse delito e o de corrupção ativa (art. 333 do Código Penal) praticado pelo particular.
- (C) Para sua caracterização, o crime de peculato, na modalidade culposa (art. 312, § 2º do Código Penal), não reclama a existência de nexos causal entre o comportamento culposo do funcionário e o crime cometido por outra pessoa.
- (D) Se o funcionário deixa de praticar ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem, comete o delito de condescendência criminosa (art. 320 do Código Penal).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

51. Expedida carta precatória para a inquirição de testemunha de acusação, em processo no qual o réu vê-se processado pela prática do delito de roubo, a lei processual penal exige

- (A) a intimação das partes da expedição da carta precatória, a qual deverá ser efetuada pelo juízo deprecante.
- (B) a intimação das partes da expedição da carta precatória e a intimação do defensor para a audiência que se realizará no juízo deprecado.
- (C) a intimação das partes da expedição da carta precatória, bem como da data em que se realizará a audiência no juízo deprecado.
- (D) a intimação das partes da data em que se realizará a audiência no juízo deprecado.

52. De acordo com o Código de Processo Penal, ressalvadas as hipóteses de acusado vadio ou reincidente em crime doloso, a liberdade provisória sem fiança e sem vinculação deverá ser concedida

- (A) a acusado por qualquer contravenção penal ou por crime de menor potencial ofensivo, que preveja pena não superior a 1 (um) ano.
- (B) quando o Juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, a inoccorrência de qualquer das hipóteses que autorizam a prisão preventiva (arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal).
- (C) na hipótese de fato praticado ao abrigo de uma das causas excludentes de ilicitude, previstas nos incisos do art. 23 do Código Penal.
- (D) quando o máximo da pena privativa de liberdade, isolada, cumulativa ou alternativamente cominada, não exceder a 3 (três) meses.

53. Nos crimes de ação penal privada, se o querelante, em alegações finais, deixa de requerer a condenação do querelado, o Juiz deverá

- (A) absolver, desde logo, o querelado.
- (B) julgar extinta a punibilidade do querelado pela preempção.
- (C) declarar a preclusão.
- (D) ordenar a intimação do querelante para formular o pedido de condenação.

54. Assinale, corretamente, a situação em que o Juiz da Vara do Júri deve, obrigatoriamente, recorrer de ofício ao encerrar o sumário da culpa.
- (A) Da sentença que pronuncia o réu.
 - (B) Da decisão que desclassifica o delito para outra infração, não incluída no rol de competência do Tribunal do Júri, e determina a remessa dos autos ao Juiz competente.
 - (C) Da decisão que absolve sumariamente o réu.
 - (D) Da decisão que impronuncia o réu.
55. Afastada a subtração com a conseqüente desclassificação do crime de latrocínio para o delito de homicídio simples, recebidos os autos na Vara do Júri, indique a providência a ser adotada.
- (A) Diante da reclassificação operada, deverá o réu ser novamente citado e interrogado.
 - (B) Por tratar-se de *mutatio libelli*, o Juiz deve baixar os autos a fim de que a Defesa, no prazo de oito dias, produza provas, podendo arrolar até três testemunhas, visto que a pena a ser aplicada é menos grave do que a que seria cabível pela capitulação inicial.
 - (C) Por tratar-se de *mutatio actionis*, não se permite a inclusão de novos fatos criminosos, ainda que exista conexão com o imputado originariamente, de modo que o Juiz deve baixar os autos a fim de que o Ministério Público possa aditar a denúncia.
 - (D) Basta a corrigenda da classificação legal dada ao delito (*emendatio libelli*), porquanto houve apenas a subtração de um fato, e não o acréscimo de circunstância elementar que determine nova definição jurídica dos fatos.
56. Indique a solução a ser adotada nos casos em que, durante a instrução de feito em que o réu está sendo processado pela prática do delito de estupro, surjam provas que apontem para o fato de que o acusado, na verdade, cometeu o crime de atentado violento ao pudor.
- (A) Por tratar-se de *mutatio libelli*, o Juiz deve baixar os autos a fim de que a Defesa, no prazo de oito dias, produza provas, podendo arrolar até três testemunhas, visto que é necessário que haja correlação entre imputação e sentença.
 - (B) Basta a corrigenda da classificação legal dada ao delito (*emendatio libelli*), pois, embora não sejam crimes da mesma espécie, são crimes do mesmo gênero, cujas penas são idênticas.
 - (C) Por tratar-se de *mutatio actionis*, não se permite a inclusão de novos fatos criminosos, ainda que exista conexão com o imputado originariamente, de modo que o Juiz deve baixar os autos a fim de que o Ministério Público possa aditar a denúncia.
 - (D) Em face da reclassificação operada, deverá o réu ser novamente citado e interrogado.
57. Assinale a alternativa correta.
- (A) No processo penal, o recurso do réu só pode ser interposto por seu defensor, através de petição ou assinando termo de interposição.
 - (B) No processo penal, a petição ou o termo de interposição de recurso do réu devem ser assinados por este e por seu defensor.
 - (C) No processo penal, o réu pode interpor sozinho o recurso cabível, assinando a petição ou o termo respectivo.
 - (D) No processo penal, o réu pode assinar sozinho as razões de recurso.
58. O réu condenado e preso, através de seu advogado, ingressou com revisão criminal, pleiteando sua absolvição por entender que a decisão revidada foi contrária ao texto expresso da lei penal, mas empreendeu fuga do estabelecimento prisional onde se achava recolhido, após o ajuizamento do pedido. Assinale, corretamente, qual a conseqüência da fuga no processamento do pedido revisional.
- (A) O processo revisional ficará sobrestado no Tribunal, aguardando a recaptura do peticionário.
 - (B) O Tribunal não conhece do pedido revisional.
 - (C) O Tribunal declara deserto o pedido revisional.
 - (D) O Tribunal julgará a revisão, independentemente da recaptura do sentenciado.

59. Quanto à contrariedade ao libelo, é correto afirmar que
- (A) a sua falta sempre acarreta a nulidade do processo.
 - (B) é mera faculdade processual da Defesa, que não está obrigada a apresentá-la.
 - (C) a tese de defesa nela formulada vincula o defensor no julgamento pelo Tribunal do Júri.
 - (D) a sua apresentação exige forma especial, precisando, portanto, ser articulada.
60. Quanto ao desaforamento de julgamento pelo Júri, assinale a alternativa correta.
- (A) A lei não confere, ao pedido de desaforamento, efeito suspensivo do julgamento.
 - (B) Cabe pedido de desaforamento durante a fase do sumário da culpa, se o interesse da ordem pública o exigir.
 - (C) O Juiz poderá oferecer representação, pugnando pelo desaforamento do julgamento pelo Júri, se a Vara contiver número elevado de processos aguardando a inclusão na pauta.
 - (D) O assistente do Ministério Público pode requerer o desaforamento quando houver dúvida sobre a imparcialidade do Júri.

DIREITO COMERCIAL

61. Relativamente ao cheque, e segundo a Lei Federal no 7.357, de 1985, pode-se afirmar que
- (A) prescreve em 12 (doze) meses, contados da expiração do prazo de sua apresentação, a ação de execução conferida ao portador.
 - (B) deve ser apresentado para pagamento, quando emitido no lugar onde tiver que ser pago, no prazo de 30 (trinta) dias da data de emissão, e de 60 (sessenta) dias, observado o mesmo termo inicial, quando emitido em outro lugar do País ou no Exterior.
 - (C) prescreve em 06 (seis) meses, contados da sua data de emissão, a ação de execução do portador contra o emitente.
 - (D) quando emitido em moeda estrangeira, será pago, no prazo de sua apresentação, em moeda nacional brasileira ao câmbio da data de sua emissão.
62. Relativamente à personalidade jurídica, e segundo a Lei no 8.078, de 1990, o Juiz poderá desconsiderá-la quando houver
- (A) falência, concordata preventiva, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.
 - (B) falência, concordata suspensiva ou suspensão de atividades da pessoa jurídica provocadas por má administração.
 - (C) falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.
 - (D) estado de insolvência ou suspensão de atividades da pessoa jurídica provocados por má administração.
63. Nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada, segundo o Decreto nº 3.708, de 1919,
- (A) caso a denominação social omita a palavra "limitada", serão havidos como solidária e ilimitadamente responsáveis todos os sócios.
 - (B) sobrevivendo a falência, apenas os sócios-gerentes e os que fizeram uso da firma social responderão, solidariamente, pela parte que faltar para preencher o pagamento das quotas não inteiramente liberadas.
 - (C) os sócios-gerentes não respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas pela sociedade, mas respondem para com terceiros, solidária e ilimitadamente, pelos atos praticados com violação do contrato.
 - (D) a eventual nulidade do contrato social exonera os sócios, não-gerentes, das prestações correspondentes às suas quotas, na parte em que suas prestações forem necessárias para o cumprimento das obrigações contraídas.

64. Nas falências, segundo o Decreto-lei no 7.661, de 1945, poderá servir como síndico
- (A) o cessionário de crédito, que o for desde 3 (três) meses antes de decretada a falência.
 - (B) o cessionário de crédito, que o for desde 3 (três) meses antes de requerida a falência.
 - (C) aquele que, sendo pessoa estranha à falência, há menos de 1 (um) ano já tiver sido, pelo mesmo juízo, nomeado síndico de outra falência.
 - (D) aquele que tiver parentesco ou afinidade, até o segundo grau, com o falido.
65. A constituição das companhias, segundo a Lei nº 6.404, de 1976, entre outros, depende do cumprimento do seguinte requisito:
- (A) o depósito, no Banco do Brasil ou em outro estabelecimento bancário autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários, da parte do capital realizado em dinheiro.
 - (B) inexistindo lei que reclame percentual superior, a realização, como entrada mínima, de 20% (vinte por cento) do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro.
 - (C) a subscrição, por pelo menos 3 (três) pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social.
 - (D) o depósito, no Banco Brasil ou em outro estabelecimento bancário autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários, de 75% (setenta e cinco por cento) da parte do capital realizado em dinheiro.
66. Segundo o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990), é errado afirmar que
- (A) a inversão do ônus da prova, a favor do consumidor, se dará quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.
 - (B) as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
 - (C) poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica quando, de alguma forma, a sua personalidade representar obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
 - (D) as sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
67. Nas relações de fornecimento de produtos e serviços, segundo o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990), são admitidas cláusulas contratuais que
- (A) estabeleçam a inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor, desde que escritas de forma clara.
 - (B) determinem a utilização compulsória de arbitragem.
 - (C) limitem as indenizações, em situações justificáveis, nas relações de consumo entre fornecedor e consumidor pessoa jurídica.
 - (D) violem normas ambientais.
68. Segundo o Decreto-lei no 7.661, de 1945, produz efeitos, relativamente à massa falida,
- (A) o ato praticado com a intenção de prejudicar credores, provada a fraude do devedor e do terceiro contratante.
 - (B) a renúncia à herança ou a legado, até 2 (dois) anos antes da declaração da falência.
 - (C) o pagamento de dívida não vencida, realizado pelo devedor dentro do termo legal da falência.
 - (D) o pagamento de dívida vencida e exigível, realizado dentro do termo legal da falência e na forma prevista em contrato.
69. Em relação à concordata, segundo o Decreto-lei no 7.661, de 1945, é errado afirmar que
- (A) pode ser preventiva ou suspensiva, conforme o momento em que for impetrada.
 - (B) não pode ser impetrada por devedor condenado por contrabando.
 - (C) a sentença que der por cumprida concordata suspensiva encerrará a falência.
 - (D) após concedida a concordata, obriga a todos os credores quirografários, se residentes no país.

70. Segundo a Lei no 5474, de 1968, a duplicata, extraída de fatura referente a contrato de compra e venda,
- (A) não precisará conter a denominação duplicata nem, necessariamente, aludir ao número da fatura.
 - (B) poderá ser protestada por falta de aceite ou de devolução.
 - (C) poderá corresponder a mais de uma fatura.
 - (D) poderá ser protestada na praça de pagamento constante do título ou na praça onde o credor mantiver um estabelecimento.

DIREITO TRIBUTÁRIO

71. O imposto de competência da União sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador
- (A) a propriedade de imóvel rural improdutivo.
 - (B) a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localizado fora da zona urbana do Município.
 - (C) o domínio útil de imóvel localizado na zona urbana do Município.
 - (D) a propriedade de imóvel situado na zona rural, declarado de utilidade pública para fins de reforma agrária.
72. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios
- (A) exigir ou aumentar imposto estabelecido em lei.
 - (B) cobrar tributos do exercício financeiro seguinte àquele em que haja sido publicada a lei que o instituiu.
 - (C) instituir impostos sobre a renda ou serviços uns dos outros.
 - (D) instituir contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
73. As normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários, serão estabelecidas por meio de
- (A) emenda constitucional.
 - (B) decreto regulamentar.
 - (C) lei ordinária.
 - (D) lei complementar.
74. A lei tributária aplica-se ao ato ou fato pretérito, em qualquer caso, quando
- (A) for expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
 - (B) extinguir ou reduzir isenção.
 - (C) instituir ou majorar imposto.
 - (D) estabelecer cominação de penalidades para ações ou omissões contrárias a seus dispositivos.
75. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre
- (A) fato gerador e alíquota de imposto.
 - (B) definição de contribuinte ou responsável tributário.
 - (C) suspensão ou exclusão do crédito tributário.
 - (D) constituição do crédito tributário.
76. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, quando houver
- (A) denúncia espontânea da infração.
 - (B) reforma, anulação, revogação ou rescisão da decisão condenatória.
 - (C) cobrança de tributo devido a menor em face da legislação tributária.
 - (D) erro na identificação do sujeito ativo.

77. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo de constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes

- (A) de garantia hipotecária.
- (B) de cédula de crédito rural ou industrial.
- (C) de processo falimentar.
- (D) da legislação do trabalho.

78. O executado oferecerá embargos à execução fiscal, no prazo de trinta dias, contados da juntada

- (A) do mandado de penhora.
- (B) da prova da fiança bancária.
- (C) da carta precatória.
- (D) do mandado de citação com hora certa.

79. Até a decisão de primeira instância, a Certidão da Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, desde que seja

- (A) assegurado ao executado a devolução do prazo para embargos.
- (B) substituída a petição inicial e renovada a citação do executado.
- (C) julgado extinto o processo de execução fiscal sem decisão de mérito.
- (D) indeferida a petição inicial do processo de execução fiscal.

80. Em qualquer fase do processo de execução fiscal, será deferida pelo Juiz

- (A) à Fazenda Pública, a substituição dos bens penhorados por outros, independentemente da ordem legal.
- (B) à Fazenda Pública, a substituição dos bens penhorados por outros, observada a ordem legal.
- (C) ao executado, a substituição dos bens penhorados por outros que tornam menos gravosa a execução.
- (D) ao executado, a substituição dos bens penhorados por títulos da dívida pública.

LÍNGUA PORTUGUESA E CONHECIMENTOS GERAIS

81. Indique a alternativa que contém a forma verbal adequada para o preenchimento das lacunas.
_____ tranqüilo se este disquete _____ todos os arquivos necessários.

- (A) Ficaria - conter
- (B) Ficaria - contivesse
- (C) Ficava - contesse
- (D) Ficaria – contesse

82. Assinale a alternativa correta.

- (A) Houve muitas mortes de civis por causa da guerra.
- (B) Houveram muitas mortes de civis por causa da guerra.
- (C) Houvem muitas mortes de civis por causa da guerra.
- (D) Haveram muitas mortes de civis por causa da guerra.

83. No Romantismo brasileiro há uma grande valorização da cor local, do índio e da natureza. Nos romances de José de Alencar, especificamente nos indianistas, estes temas são abordados com profundidade. Entre as afirmações abaixo, aponte a correta.

- (A) A natureza surge como um pano de fundo para os conflitos dos personagens sem, no entanto, refleti-los.
- (B) A índia é apresentada de maneira idealizada, mas sem receber a admiração do homem.
- (C) O índio, nos romances indianistas, é idealizado como o "bom selvagem" de Rousseau e caracterizado como um cavaleiro medieval.
- (D) A valorização dos temas nacionais, do folclore, da cor local, do passado histórico e lendário não

são os temas principais dos romances indianistas.

84. Quero que a estrofe cristalina,
Dobrada ao jeito
Do ourives, saia da oficina
Sem um defeito.
(Olavo Bilac)

O trecho acima é um texto

(A) Barroco, pois abusa do rebuscamento da linguagem, do virtuosismo, da ornamentação exagerada e do jogo sutil de palavras e idéias.

(B) filiado ao Simbolismo devido ao cuidado do autor na escolha do léxico. Há também uma complexidade na relação eu/mundo, um subjetivismo intenso e um tom vago próprios do período.

(C) árcade, pois é descritivo e objetivo. O impulso pessoal e a subjetividade são contidos e se opõem ao rebuscamento estilístico do seiscentismo.

(D) parnasiano, pois demonstra uma de suas características mais marcantes: a preocupação com a forma.

85. Nasce a manhã, a luz tem cheiro... Ei-la que assoma
Pelo ar sutil... Tem cheiro a luz, a manhã nasce...
Oh sonora audição colorida do aroma!

(Alphonsus de Guimaraens)

Indique a figura de linguagem que aparece neste texto.

(A) Hipérbole.

(B) Sinestesia.

(C) Antítese.

(D) Prosopopéia.

86. Vozes veladas veludas vozes,
Volúpias dos violões, vozes veladas,
(Cruz e Souza)

Reconheça a figura de linguagem do texto acima.

(A) Sinédoque.

(B) Metáfora.

(C) Aliteração.

(D) Onomatopéia.

87. Peça teatral com mais de 14.000 representações e que foi a primeira de autor brasileiro encenada no exterior e transformada em versão cinematográfica pelo cinema argentino, com grande sucesso. Trata-se de

(A) A Raposa e as Uvas, de Guilherme Figueiredo.

(B) As Mãos de Eurídice, de Pedro Block.

(C) Deus Lhe Pague, de Joraci Camargo.

(D) O Ébrio, de Vicente Celestino.

88. Dois políticos brasileiros, integrantes do chamado Tenentismo, participaram do movimento conhecido por Coluna Prestes. São eles:

(A) Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

(B) Luiz Carlos Prestes e Eduardo Gomes.

(C) Siqueira Campos e Teixeira Lott.

(D) Luiz Carlos Prestes e Juarez Távora.

89. O Papa João Paulo II vem de consagrar como Santa a Madre Paulina, denominada a Primeira Santa Brasileira, embora nascida na Itália. Um brasileiro de nascimento, já elevado à condição de beato, aguarda a conclusão do processo de canonização. Trata-se de

(A) Frei Galvão.

(B) Padre José de Anchieta.

- (C) Irmã Dulce.
- (D) Frei Damião.

90. Kofi Annan e a O.N.U., da qual ele é Secretário Geral, receberam o Prêmio Nobel da Paz. O referido diplomata é natural de

- (A) Gabão.
- (B) África do Sul.
- (C) Nigéria.
- (D) Gana.

GABARITO

01.C	02.D	03.B	04.A	05.C	06.D	07.B	08.A	09.B	10.B
11.A	12.D	13.D	14.C	15.A	16.B	17.A	18.C	19.D	20.A
21.A	22.D	23.C	24.D	25.A	26.D	27.B	28.D	29.A	30.C
31.B	32.C	33.B	34.B	35.C	36.C	37.C	38.A	39.A	40.A
41.D	42.C	43.C	44.A	45.A	46.B	47.D	48.C	49.C	50.B
51.A	52.D	53.B	54.C	55.D	56.A	57.C	58.D	59.B	60.A
61.B	62.C	63.C	64.A	65.A	66.B	67.C	68.D	69.D	70.B
71.B	72.C	73.D	74.A	75.C	76.B	77.D	78.B	79.A	80.A
81.B	82.A	83.C	84.D	85.B	86.C	87.C	88.D	89.A	90.D

Prova Escrita (2º Fase)

Direito Civil - Dissertação

Dos alimentos.

Direito Processual Civil - Questão

Qual o alcance do artigo 268, “caput”, do Código de Processo Civil, ao prever que, salvo o disposto em seu artigo 267, V, a extinção do processo não obsta a que o autor intente de novo a ação?

Direito Penal - Dissertação

Da aplicação da pena.

1- Circunstâncias judiciais. 2 - Diferenciação entre primariedade e bons antecedentes.

3 - Circunstâncias legais: genéricas e específicas. 4 - Critério a ser utilizado na fixação da pena carcerária.

Direito Processual Penal - Questão

Envolve contradição o veredicto do Conselho de Sentença que afirma a ocorrência de homicídio qualificado com reconhecimento do privilégio? Justifique.

Direito Constitucional - Questão

O Senado Federal poderá negar-se a suspender a vigência de lei ou ato normativo declarado incidentalmente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (art. 52, X, CF)?

Direito Administrativo - Questão

Nos contratos administrativos, o que são as "cláusulas exorbitantes", e quais as principais? Exigem previsão legislada específica?

Direito Tributário – Questão

O executado poderá oferecer exceção de pré-executividade contendo matéria útil à sua defesa no processo de execução fiscal? Qual o fundamento legal?

Direito Comercial – Questão

Contrato de comissão: conceito, distinções com o de mandato, a cláusula "del credere".